



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL**

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2023  
COMITÊ GESTOR DE SAÚDE DIGITAL**

**IDENTIFICAÇÃO**

**Data:** 13 de setembro de 2023

**Horário:** 14h00 às 17h00

**Local:** Sala Síntese – 9º andar MS e online

**PAUTAS**

**1. Abertura dos Trabalhos;**

1.1. Coordenador e membros do CGSD. Boas-vindas e identificação dos membros e convidados.

**2. Informes:**

2.1. Inclusão de mais um suplente como membro representante do CONASS – Diogo Demarchi Silva (Ofício CONASS nº 0394/2023);

2.2. Status da revisão da portaria de instituição do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS);

2.3. Status sobre o “I Simpósio de Transformação Digital do SUS” – inscrições dos comitentes;

2.4. Alteração da data da reunião de outubro deste Comitê – sugestão de nova data: 18/10 (quarta-feira);

2.5. Pesquisa realizada pelo DATASUS no Congresso CONASEMS (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS).

**3. Avaliações, Monitoramentos, Aprovações e Encaminhamentos;**

3.1. Aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS);

3.2. Novas funcionalidades do Programa Conecte SUS (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.3. Envio de dados para a RNDS do RAC e do SISREG – (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI);

3.4. Status dos Subcomitês e dos Grupos de Trabalho:

3.4.1. Subcomitê de Ontologia de Medicamentos (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.2. Subcomitê de Governança de MI/MC (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.3. Subcomitê Federalização da RNDS (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.4. Grupo de Trabalho MI SAO (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.5. Status do Grupo de Trabalho LGPD (Adriana Marques - SEIDIGI);

**4. Encaminhamentos e Sugestão de próxima pautas**



## DESDOBRAMENTOS

- **Abertura dos Trabalhos:**
- Secretária da SEIDIGI, Coordenador do CGSD e membros do Comitê. Boas-vindas e identificação dos membros e convidados.
  - A Secretária Ana Estela Haddad abriu a reunião explanando sobre a importância do comitê, saudou todos os participantes presentes e os remotos.
  - O Coordenador do CGSD, Cleinaldo de Almeida Costa, deu as boas-vindas aos participantes e trouxe os informes.
- **Informes:**
- Inclusão de mais um suplente como membro representante do CONASS – Diogo Demarchi Silva (Ofício CONASS nº 0394/2023). Os membros do comitê deram as boas-vindas ao Diogo, que já foi representante do CONASEMS.
- Status da revisão da portaria de instituição do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS):
  - David Xavier explicou que a portaria voltou para a Consultoria Jurídica (CONJUR) – Processo SEI nº 25000.157889/2019-45. Em agosto, a CONJUR fez alguns questionamentos, mas nada substancial que modificasse o que já havia sido discutido e apresentado junto ao CGSD. Considerando o processo que trata da presente matéria, em setembro a portaria deve ir para a CIT para que possa ser pactuada, conforme sugestão do CONASS e CONASEMS, e a partir de então seguir para publicação.
- Status sobre o “I Simpósio de Transformação Digital do SUS”:
  - Dra. Ana Estela citou a equipe de organização do Simpósio: CONASS, CONASEMS, SES SP, COSEMS de SP e USP. No comitê científico de entidades o Simpósio conta com a participação da ABTMS e SBIS. Foram recebidas aproximadamente 250 experiências de saúde digital de estados e municípios, que estão sendo avaliadas pelo comitê, para avaliação e inventário dessas experiências. O 1º Simpósio Internacional de Transformação Digital no SUS surge como plataforma para a apresentação de experiências exitosas no SUS, com o objetivo de acelerar a implementação de inovações no sistema público de saúde, ampliando o acesso da população brasileira à saúde. O evento também discutirá como o desenvolvimento de novas ferramentas digitais e o uso de dados em saúde estão transformando a forma como os serviços de saúde são prestados, a saúde pública é organizada e as doenças crônicas são gerenciadas, pavimentando o caminho para uma construção que já vem sendo realizado na SEIDIGI. A programação do Simpósio já está no site do evento (foi enviada dia 12/09/2023). A Secretária apresentou a programação do Simpósio.
    - Raquel Adjafre questionou se algum comitente teve dificuldades com as inscrições de vagas presenciais no Simpósio, e solicitou que confirmassem presença por e-mail. Quanto às inscrições online, foi informado que continuam abertas no site do evento.
- Alteração da data da reunião de outubro deste Comitê – sugestão de nova data: 18/10 (quarta-feira).
  - Foi sugerida nova data devido à realização do Simpósio e da Oficina do Índice de Maturidade Digital (04 e 05 de outubro) na mesma data e que envolvem a participação de boa parte dos comitentes. A sugestão foi acatada por unanimidade pelos membros.
- David Xavier solicitou ao Coordenador a inserção de pauta: Programa Brasil SUS Digital - tema de extrema relevância. Inclusão concedida.
- Pesquisa realizada pelo DATASUS no Congresso CONASEMS.
  - Pesquisa: Foi informado que o relatório será enviado via e-mail para os membros. Paula Xavier complementou o informe afirmando que é uma pesquisa de satisfação do usuário



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL**

das plataformas do Conecte SUS, e que foi consolidado. A mesma pesquisa será realizada no Simpósio entre os participantes.

▪ **Avaliações, Monitoramentos, Aprovações e Encaminhamentos:**

▪ Aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária do CGSD.

- Minuta enviada em: 14/08/2023. Prazo para contribuições: 18/08/2023.

Ata aprovada por unanimidade, sem manifestações.

Próximo passo: Publicação na página do CGSD (<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cgsd/ata-de-reunioes>).

▪ Novas funcionalidades do Programa Conecte SUS.

- Liz (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI) falou dos lançamentos do Conecte SUS para 2023:

- Equidade SUS: Aplicação oficial do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das trabalhadoras do SUS. Status: Em desenvolvimento. Intenção de lançamento: 10/10/2023.

- Dignidade Menstrual: Iniciativa interministerial. O Conecte SUS Cidadão será a Plataforma de Emissão e Validação do Programa Dignidade Menstrual; Inclusão do nome social. Status: finalizado. Intenção de lançamento: aguardando direcionamento da Casa Civil.

- Avaliação de Atendimentos: Disponibilização do histórico de atendimentos clínicos e avaliação por meio da metodologia NPS (*Net Promoter Score*). Impedimento: As informações do RAC estão indisponíveis no Conecte SUS, mas o DATASUS já está resolvendo.

- Hemovida: Disponibilização da carteira do doador; agendamento e histórico de doações de sangue. Status do desenvolvimento: em homologação pela área finalística (SAES). Intenção de lançamento: novembro de 2023 – Dia do Doador de Sangue.

- - Regulação Assistencial: Disponibilização do Modelo Informacional nas plataformas do Conecte SUS. Intenção de lançamento: outubro de 2023

- Atestado Médico/Odontológico: Projeto em parceria com o INSS. Disponibilização dos documentos nas plataformas do Conecte SUS. Intenção de lançamento: novembro de 2023.

- Acessibilidade: Atualização do Conecte SUS para o cumprimento da legislação e recomendações oficiais de acessibilidade. Encaminhamento da parceria com o Movimento Web para Todos e Governo Britânico. Intenção de lançamento: outubro de 2023.

- Guia de Vigilância em Saúde: Parceria com a SVS para disponibilizar o documento como Miniapp de Vigilância em Saúde. Lançamento: outubro de 2023.;

- Conecte SUS Gestor e Profissional: Previsão de lançamento no Simpósio de Transformação Digital.;

- Nome Social: Inclusão do nome social nos documentos clínicos emitidos pela RNDS. Intenção de lançamento: novembro de 2023

- Auto declaração raça/cor: inclusão da possibilidade de auto declaração raça/cor no Conecte SUS cidadão. Intenção de lançamento: outubro de 2023.

- Aristeu (SVSA) questionou a respeito da construção do modelo informacional do cidadão, sobre a auto declaração, como está funcionando e como vai funcionar essa alteração nos demais sistemas. Lis (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI) respondeu que ainda está na fase inicial de definições, e irão trabalhar no desenho para garantir os resultados. Paula Xavier complementou que essa funcionalidade ainda não se concretizou como projeto, mas a iniciativa demonstra como a Secretaria está alinhada com uma política maior de governo, com participação no GT Equidade Étnico/Racial do Gabinete da Ministra.

▪ Envio de dados para a RNDS do RAC e do SISREG.

- Joselio Queiroz (CGIIS/DATASUS) informou que com a otimização do fluxo de integração do PEC e-SUS APS, observou-se, em dois meses, o crescimento de mais de 5.000



## MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL

estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde integrados à RNDS. Em setembro de 2023, as UBS do estado do Amapá realizaram a integração à RNDS para envio de dados e uso do Conecte SUS Profissional – era o único estado em que essa integração estava pendente.

- Integração: Estabelecimentos da APS – RNDS: 8.957 (22%); UBS PEC e-SUS: 23.311 (67%); UBS Informatizadas: 34.956 (87%); Total de UBS: 39.420. Destaque a inclusão do Amapá que era ao único que não estava integrado à RNDS, e agora todas as unidades federativas estão integradas, alcançando a meta do Plano Nacional de Saúde.
- Em seguida, foi apresentado o planejamento das atividades de expansão do Conecte SUS, por Unidade Federativa, para 2023.
- Blanda Mello (CGIIS/DATASUS) explicou o status do desenvolvimento de modelos:
  - Em produção: Registro de Exame Laboratorial (REL) e Registro de Imunobiológico Administrado (RIA).
  - Em homologação: Registro de Dispensação de Medicamento (RDM), Registro de Atendimento Clínico (RAC), Registro de Prescrição de Medicamento (RPM) e Registro de Informação da Regulação Assistencial (RIRA).
  - Em desenvolvimento: Sumário de Alta (SA), Atestado, Sumário de Alta Obstétrica (SAO).
  - Previstos: Registro Pessoal de Saúde (*Personal Health Records* – PHR) e Registro de Imagem Diagnóstica.
- Dados RNDS: Exames Laboratoriais (70,5M), Registros de Imunobiológicos (1,4B), Autorização de Internações Hospitalares – AIH (15,7M), Autorização de Procedimento Ambulatorial – APAC (20,3M), Registros de Atendimento Clínico – RAC – APS (189.303 - nos 10 municípios piloto) e Registros de Regulação Assistencial – SISREG (263.104). Dentro das prioridades que foram definidas – fila de regulação e registro de atendimento clínico – os dados já estão chegando de forma rotineira na RNDS.
- Elivan Souza (CGIIS/DATASUS) apresentou outros dados que estão previstos para automatização: AIH e APAC já estão no conjunto mínimo de dados mas a automatização dos processos está prevista para setembro de 2023); ANS - carga da TISS (Troca de informações da Saúde Suplementar – outubro de 2023 iniciará a recepção desses dados).ASAPS já está preparada para fazer a carga de dados legados de atendimentos e prescrições – DATASUS e SAPS alinharão o melhor caminho de viabilização; Regulação (registros de regulação assistencial) entrou numa nova fase de integração para além do SISREG. Com anteriormente definido pelo CGSD, as cargas da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no SUS – BNAFAR e do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPAi), estão em tratativas e serão trazidos no próximo ponto de controle.
- Ricardo de Godoy (Fiocruz) fez um relato sobre a reunião recente da Fiocruz, com representantes da Vice-presidência de Informação e Comunicação, com a SEIDIGI, e que tratou da necessidade de estabelecimento de um fluxo de dados para ações de pesquisa, com inclusão do debate da questão ética e de proteção de dados individuais. Falou sobre a dimensão do uso de dados para pesquisas de alta relevância para o SUS, a exemplo dos dados de vacinação combinados com dados de internação que têm grande potencial, para estudar a eficácia das vacinas. Inclusive foi um trabalho realizado com o Ministério da Saúde, utilizando o programa AESOP (Sistema de Alerta Precoce de Surtos com Potencial de Pandemia), e até para este continuar, é preciso olhar para os dados de outras vacinas e testar algumas hipóteses. Apontou a importância de toda a estruturação da RNDS que vem sendo feita com maestria pela SEIDIGI, também para a geração de conhecimento para o SUS. Além das funções do próprio serviço que são claras, mas também colocando o Brasil num cenário único de dados em saúde.
- Rodrigo Gaete (SAPS) comentou sobre a estruturação da carga legada. Identificou duas situações: primeiro, vai precisar fazer a revisão da carga de dados do RIA, porque a portaria



## MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL

que é utilizada para o SISAB tem a finalidade de indicadores e usa um recorte de quatro meses, e que quando se fez a análise dos dados retrospectivos, encontrou-se algo em torno de 26 milhões de registros que poderiam ser reprocessados e entregues para a RNDS. É necessário alinhar como será feito isso, visto que é um volume de dados bastante expressivo. Já o Registro de Atendimento Clínico já está pronto para envio dos dados e tem um volume de aproximadamente 800 mil registros/dia. Esse experimento que foi feito com os pilotos (que é uma pauta importante, ativa e contínua, quando se trabalha com o SISAB), mostrou que o volume é muito mais impactante, portanto tem que combinar o tempo de entrega e quando vai começar a operacionalizar isso.

- Paula Xavier (DATASUS) explicou ao Ricardo (Fiocruz) que esse ponto de pauta é recorrente deste comitê, porque é o momento de atualizar o CONASS e o CONASEMS e que esses dados que estão sendo enviados por Municípios e Estados têm muito impacto. A atualização do envio de dados para a RNDS é um potencial de organização e capacidade do Brasil de ter uma plataforma nacional que reúna os dados de saúde. Ela não trouxe esse assunto para o comitê de forma sistematizada, mas a SEIDIGI já está trabalhando internamente e a orientação da Secretária é que seja criado um grupo técnico de trabalho com representantes da comunidade científica, cujo objetivo maior é identificar modelos, fluxos e demandas, já antigas. Hoje pode não ter um fluxo tão sistematizado e organizado, mas isso já existe e sabe-se que tem que identificar os pontos críticos desse fluxo, e isso envolve todo o MS, cada área finalística tem a sua base de dados e isso pressupõe a autorização do gestor da base de dados, para concessão a eles. Além do histórico desse processo que precisa ser reorganizado, mencionou a Fiocruz que tem uma experiência que deve ser tomada como referência, que é o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS), que tem acesso à base de dados identificados não só da saúde, mas outros dados. Para promover o linkage em saúde, tem todo um fluxo que está alinhado com o fluxo que a submissão de uma pesquisa deve passar, desde a aprovação do Comitê de Ética; portanto o Cidacs é uma base que prepara esses dados para que depois os pesquisadores possam utilizar em suas pesquisas. Citou a UFMG que também tem uma iniciativa importante – centro de inteligência artificial aplicado à saúde. Até o momento, o DATASUS mapeou representantes da comunidade científica que possam compor esse GT como também os processos como hoje ocorrem no Ministério da Saúde. Lembrou da minuta de portaria de 2017 que não foi publicada, mas foi legitimada à época que propunha esse fluxo para que seja adotado como novo processo no MS, que está sob responsabilidade da SEIDIGI. Informa que já há uma movimentação de mapeamento dos atores, fluxos e processos, para fazer uma primeira reunião com esse GT para que possa ouvir e redesenhar e propor um novo fluxo, que seja publicado numa Portaria da SEIDIGI além de demandar algumas soluções tecnológicas atentando-se aos subsídios jurídicos, principalmente devido à LGPD.
- Programa SUS Digital Brasil.
  - A Secretária Dra. Ana Estela apresentou o Programa e explicou que, em linhas gerais, vem discutindo e amadurecendo a ideia desde o início da Secretaria. A ideia de criar um programa que estrutura e abriga o conjunto de iniciativas e estratégias que é de múltiplas ordens, mas que tem alguns eixos estruturantes. O programa tem a missão central da SEIDIGI, que é promover a transformação digital no Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a garantir o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde do SUS, bem como a integralidade e resolutividade da atenção à saúde, por meio do acesso a bens e serviços de saúde digital, de telessaúde e de inovações aplicáveis à saúde pública. O Programa SUS Digital Brasil será desenvolvido com apoio em três eixos: Cultura de saúde digital, formação e educação permanente em saúde; Soluções tecnológicas e serviços de saúde digital no âmbito do SUS; e Interoperabilidade, análise e disseminação de dados e informações de saúde.

9



## MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL

Além disso, o programa prevê a submissão dos Planos de Ação de Transformação Digital: 1. Ordenação e organização dos processos de trabalho no âmbito das ações e serviços de saúde digital e telessaúde no SUS, visando apoiar a gestão dos entes federados, com foco na implementação do Programa SUS Digital Brasil. 2. Implementação de estratégias e ações de saúde digital e inovação no âmbito da atenção à saúde no SUS. 3. Ampliar a maturidade digital dos entes federados, como forma de induzir processos contínuos e internalizados na organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS).

Nesse contexto, o realinhamento da transformação digital inclui: reconhecer a conectividade como bem público e direito humano; solidariedade/compartilhamento/dados abertos – equilibrar a proteção pessoal de dados com o interesse público e responsabilidade na gestão dos dados; regular o uso e aplicação das tecnologias emergentes, com a Inteligência Artificial (IA), protegendo os dados sensíveis de saúde, incluindo bias/viés, discriminação, e protegendo em especial os mais vulneráveis, como as crianças, adolescentes/gênero e raça; fortalecer a participação social por meio da co-criação e do co-design em inovação aplicada às tecnologias digitais na saúde, incluindo especialmente os jovens.

- Cristiani Machado (Fiocruz) explanou que a apresentação foi muito boa, em relação às prioridades da Secretaria e compartilhou que na Fiocruz tem vários programas de formação e cursos em diversas modalidades, e que estão à disposição para participar desse programa de formação. O campus virtual já iniciou o diálogo com os diretores da SEIDIGI, com uma proposta de introdução à formação em informações e ciência de dados para o SUS, e já começou a elaboração de um curso em parceria com a SEIDIGI.
- Marizelia parabenizou pela apresentação, reconhece iniciativas que já foram pautas de conversas anteriores e identificada essa necessidade. A sugestão é que essa proposta dialogue com o resultado do Fórum de Ampla Participação (FAP), do ano passado. Muitas dessas propostas são conclusões dos grupos de trabalho da FAP. Comprometeu-se a ler o material e, se for o caso, fazer sugestões.
- Artur Iuri (ANVISA) parabenizou a Secretária. Falou da necessidade de tratar sobre o letramento digital, e informou que a Anvisa está de portas abertas, com diversas iniciativas também.
- Paula (DATASUS) comentou sobre a estruturação do programa, que juntamente com o Comitê vai qualificar muito. A respeito do arcabouço e interoperabilidade, vai precisar muito desse debate, é um marco para uma agenda de trabalho deste comitê.
- Status dos Subcomitês e dos Grupos de Trabalho:
  - Status Projeto Prescrição Eletrônica e Controle de Dispensação de Medicamentos:
    - Robson abordou:
    - Portal OBM está disponível em ambientes de homologação e produção no DATASUS. - Elenco: pronto para realização do projeto Prescrição Eletrônica.
    - PROADI-SUS HSL (Projeto IPS): atualização do elenco de medicamentos registrados no país. Previsão: dezembro de 2023.
  - Modelos Computacionais e guias de integração para dispensação e prescrição:
    - MC RPM/RAC e MC RDM: disponíveis em ambiente de produção da RNDS.
  - Desenvolvimento dos sistemas envolvidos no MVP:
    - Conecte SUS Cidadão/Profissional: Funcionalidade de prescrição eletrônica – entregue; Atualizações da funcionalidade de medicamentos – entregue.
    - e-SUS APS: Demanda evolutiva para envio do RAC/RPM para a RNDS – em desenvolvimento (previsão: setembro/2023).
    - Farmácia Popular: Demanda evolutiva para adaptação do autorizador PFPB e consulta da prescrição à RNDS e envio do RDM – em desenvolvimento (previsão: abril/2023).
  - Subcomitê de Ontologia de Medicamentos
    - Revisão dos VMP Hórus (medicamentos genéricos) – em andamento.
    - Atualização dos VMPP/AMP/AMPP Hórus – em andamento.



- Tratativa com Anvisa para desenvolvimento de API CMED.
  - Última reunião realizada: 01/09. Próxima reunião: 06/10.
    - Subcomitê de Governança de MI/MC
  - Apresentação LOINC, Laboratório OCL e RTS.
  - Próxima reunião – apresentação ANS e retomada de discussão do fluxo de priorização e de desenvolvimento de modelos de informação/computacional.
  - Última reunião: 28/08. Próxima: 25/09.
    - Grupo de Trabalho MI SAO
  - Vivian Furlan apresentou:
    - Importância da participação de representantes de todas as Secretarias do Ministério da Saúde e visão computacional.
    - Definição do modelo de informação de cadastro do indivíduo e de dados de incapacidade funcional (PCD).
    - Primeira reunião em 25/05/2023. Em 28/09 será o 13º encontro.
    - Status do Grupo de Trabalho LGPD
  - Adriana Marques apresentou:
    - Foram realizadas 8 reuniões em 2022 para contextualização e discussões sobre as principais ações vinculadas à LGPD.
    - Foi elaborado o Plano de Trabalho do GT.
    - Primeira reunião: 25/09, segunda, 16h.
    - Pontuou que ainda não receberam todas as indicações para o GT e solicitou o envio de indicações.
    - Os representantes da Anvisa e da Fiocruz já indicaram participantes. Adriana confirmou a participação da ANVISA Raquel confirmou que recebeu as indicações da FIOCRUZ.
  - Rodrigo Gaete (SAPS) solicitou apresentar o Prescrição Digital (CGPROJ/SAPS), cujo principais objetivos são: dispensar a utilização de papel; evitar falsificações; evitar a perda de receituários de papel; reduzir erros de interpretação, com uma receita mais compreensível; auxiliar no processo da telessaúde (teleconsulta, teleinterconsulta, etc); apoiar o fluxo de controle especial de receitas, conforme regras da Anvisa; e contribuir para a Estratégia de Saúde Digital.
  - Perspectiva de implementar dentro da plataforma de dispensação digital.
  - Michael Diana (CONASEMS): Colocou a necessidade de regulamentação da lei sobre a assinatura eletrônica, lei do ano passado e carece de regulamentação. Colocou o CONASEMS a disposição.
- Encaminhamentos e Sugestão de próxima pautas.**
- Avaliar a possibilidade de criação de uma portaria de excepcionalidade para poder experimentar o processo de dispensação de receitas e medicamentos controlados e especiais, usando todos os recursos que já estão sendo estruturados nesse projeto de prescrição eletrônica para atender esse contexto da receita digital e eliminar a necessidade de usar o controle por talonário que ocorre dentro das unidades e todo o processo de dispensação das farmácias.
  - Aristeu solicitou pauta ao CGSD: Status do modelo informacional do indivíduo do CADSUS.
  - Nova data da próxima reunião ficou acordada para o dia 18/10, às 14h.

